

MAPEAMENTO E PROPOSIÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO DE CASO CASA SÃO JOSÉ

Jéssica Ribeiro
Nathalia Berger Werlang

RESUMO: Este estudo explora as necessidades da comunidade da Serrinha, localizada em Florianópolis, e a viabilidade de projetos de extensão com foco na difusão de informações e no acesso à universidade pública, mercado do trabalho e inclusão social. A pesquisa, realizada na Casa São José (CSJ), utiliza uma metodologia qualitativa, exploratória e aplicada, combinando pesquisa bibliográfica, levantamento de dados na CSJ, entrevistas com membros da equipe e grupo focal com comunidade e visualização das atividades dos estudantes. A análise de conteúdo e a triangulação de dados revelam que as necessidades educacionais da comunidade incluem alfabetização, letramento, acesso à informação, educação básica e profissionalizante e preparação para o vestibular. Barreiras como desinformação, precariedade educacional e desmotivação dificultam o acesso à universidade. A comunidade demonstra grande interesse em atividades de extensão e a CSJ se configura como um espaço estratégico para sua implementação. Recomenda-se o desenvolvimento de projetos de alfabetização, letramento, oficinas de informação, cursos profissionalizantes e fortalecimento da parceria entre a universidade e a comunidade. A curricularização da extensão se apresenta como ferramenta fundamental para projetos eficazes e sustentáveis, promovendo a inclusão social e a transformação social da comunidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária; comunidade da Serrinha; difusão de informações; acesso à Universidade; curricularização da extensão.

ABSTRACT: This study explores the needs of the Serrinha community, located in Florianópolis, and the feasibility of extension projects focused on disseminating information and access to public universities, the job market and social inclusion. The research, carried out at Casa São José (CSJ), uses a qualitative, exploratory and applied methodology, combining bibliographical research, data collection at CSJ, interviews with team members and focus groups with the community and visualization of student activities. Content analysis and data triangulation reveal that the community's educational needs include literacy, literacy, access to information, basic and vocational education, and college entrance exam preparation. Barriers such as misinformation, educational precariousness and lack of motivation make access to university difficult. The community shows great interest in extension activities and the CSJ is configured as a strategic space for their implementation. It is recommended the development of literacy projects, information workshops, professional courses and strengthening the partnership between the university and the community. The curricularization of extension is presented as a fundamental tool for effective and sustainable projects, promoting social inclusion and social transformation of the community.

Keywords: University Extension; Serrinha Community; information dissemination; access to the University; extension curricularization.

Jessica Ribeiro, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Curso de graduação em Arquivologia, Trabalho de Conclusão de curso - TCC, Prof.^a Dr.^a. Nathalia Berger Werlang, 2024.1.

1. INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária se configura como um pilar fundamental na formação de profissionais conscientes e engajados na transformação social. Segundo a PROEX/UFSC (2016), define-se a extensão universitária como um processo composto por um conjunto de atividades desenvolvidas em formato contínuo e dinâmico, envolvendo a comunidade acadêmica e a sociedade.

Apesar de uma ligeira queda na pobreza nacional, de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022, conforme dados da Agência IBGE Notícias (Gomes, 2023), a situação ainda é preocupante. A realidade nas metrópoles brasileiras é ainda mais alarmante, com 25% da população vivendo em situação vulnerável, com renda inferior a um quarto do salário mínimo, segundo o G1 (2022). Esse número representa 21,1 milhões de pessoas, um aumento em relação aos 23,6% registrados no final de 2021 (G1, 2022). É importante lembrar que em 2020, no auge da pandemia, esse percentual chegou a 29,7% (G1, 2022).

Apesar da queda da taxa de pobreza, é notório que a desigualdade social no Brasil coloca em risco as oportunidades de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A comunidade da Serrinha, em Florianópolis, é um exemplo dessa realidade, onde muitos jovens enfrentam desafios como a falta de acesso à educação de qualidade, à cultura, à informação e ao lazer.

Neste sentido, este trabalho terá como objeto de estudo a Casa São José, que desde 2003, atua como um espaço sem fins lucrativos, atendendo crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social em seu contra turno escolar, a fim de minimizar essa causa.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão norteadora para a pesquisa: quais são as necessidades da comunidade e a viabilidade de ações de extensão na CJS com foco na difusão de informações e na promoção do acesso universitário na comunidade? Para responder essa pergunta, definiu-se como objetivo geral do estudo avaliar a demanda e a viabilidade de projetos de extensão na ONG Casa São José com foco na difusão de informações e na promoção do acesso à Universidade, ao mercado de trabalho e de inclusão social na comunidade.

Como objetivos específicos, espera-se a) mapear o perfil sociodemográfico e as necessidades educacionais da comunidade atendida pela Casa São José; b) identificar as principais barreiras e desafios enfrentados pela comunidade em relação ao acesso à universidade pública, mercado do trabalho e inclusão social; c) estabelecer recomendações e

diretrizes para o desenvolvimento de projetos de extensão no âmbito da Arquivologia na UFSC que atendam às necessidades da comunidade em situação de vulnerabilidade social.

A escolha desta temática e da instituição se deu após a participação da autora, enquanto aluna graduanda em Arquivologia, bolsista, estagiária monitora em atividades de extensão, no programa de extensão do departamento de Ciência da Informação (CIN), ao qual o curso de Arquivologia está subordinado.

O programa de extensão Cibercidadania, que atua em parceria com o Marista Escola Social Lúcia Mayvorne desde 2017. Este projeto tem o objetivo de desenvolver iniciativas relacionadas a inclusão digital, incentivando o ingresso em universidade pública, bem como no mercado de trabalho para os educandos do ensino médio. Diante disso, e considerando a constatação da realidade na qual a autora está inserida, a presente pesquisa busca oferecer uma visão acerca das necessidades da comunidade da Serrinha e a viabilidade de projetos de extensão com foco no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à inclusão social.

A relevância deste trabalho se caracteriza pelo fato da Extensão Universitária ser o pilar fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados na transformação social. Sua relevância reside na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme defendido no Plano Nacional de Educação (PNE) e na Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. A curricularização da extensão, também conhecida como integralização da extensão, traduz essa indissociabilidade, na prática, inserindo atividades extensionistas na grade curricular dos cursos. No contexto do curso de Arquivologia, a curricularização da extensão assume um papel ainda mais significativo. Ela permite que os alunos vivenciem a aplicação prática dos conceitos de gestão documental, por exemplo, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e para se tornarem agentes de transformação social.

Assim, a universidade poderá aplicar um dos elementos que compõem seu tripé, a extensão, junto à comunidade externa, de modo a oportunizar a troca de saberes através de cursos oferecidos em parceria com a Casa São José.

A partir do levantamento realizado, considerando o desejo desta comunidade em adquirir novos conhecimentos em parceria com a universidade e o impacto positivo, poderá como resultado, transformar vidas.

Para melhor compreensão da estruturação do presente estudo, este foi dividido em seis seções. Inicialmente, houve a apresentação dos aspectos introdutórios; seguida do referencial teórico que embasam o estudo e compõem a segunda seção. Na terceira seção, se buscou caracterizar a instituição; na quarta, foram apresentados os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa; na quinta seção, os resultados; e, por fim, na sexta seção, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de desenvolver os estudos relativos ao papel essencial da extensão universitária, sobretudo com foco na difusão de informações e no acesso à universidade na comunidade da Serrinha, a escolha dos materiais foi realizada com base em artigos, relatórios, teses, dissertações, dentre outras fontes cujo tema abrangesse o tópico profissional arquivista, extensão universitária, difusão da informação e Casa São José.

2.1 CONCEITOS E BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária é um processo composto por um conjunto de atividades desenvolvidas em formato contínuo e dinâmico, envolvendo a comunidade acadêmica e a sociedade. A universidade pública é composta por três pilares, sendo eles: ensino, pesquisa e extensão. Conforme a ProEx (2023), os principais objetivos da extensão universitária são promover o desenvolvimento social, fomentar ações de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental.

Segundo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES (2019), as primeiras experiências sobre a extensão no Brasil ocorreram em 1910, na cidade de São Paulo, entretanto, as atividades desenvolvidas não tinham relação com questões socioeconômicas da comunidade e não havia referência legal à extensão. A extensão universitária foi positivada, inicialmente, em 11 de abril de 1931, por meio do Decreto n. 19.851.

Segundo publicado no portal Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina (2023), a primeira definição de extensão que se tem registro no Brasil foi apresentada no Decreto n. 19.851/1931. O art. 109 do referido Decreto conceitua extensão como destinada à difusão de conhecimentos “philosophicos, artístico, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo” (Brasil, 1931).

Após anos de debate, em 1978, ocorreu o I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão, realizado na Universidade de Brasília (UNB), no qual a extensão foi definida como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” sendo, portanto, uma “via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que

encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis e um conhecimento acadêmico” (Pederneiras, 2005, p. 6).

Após, em 1996, a Lei n. 9.394, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação no Brasil, previu que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996).

Até 2019, todavia, não havia uma diretriz para implementação de extensão nos cursos superiores do Brasil.

2.2 NORMATIVAS SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Com a Resolução MEC/CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, ficaram estabelecidas as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. A referida Resolução também regimentou o disposto na Meta 12.7¹ da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e dá outras providências. Esse instrumento é importante para o desenvolvimento da extensão na educação superior brasileira.

Seguindo o disposto em legislação federal, no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem-se a Resolução Normativa n. 88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016, a qual dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2016).² O regimento de extensão no departamento da Ciência da Informação da UFSC, por sua vez, foi elaborado em julho de 1998. Nesse contexto, a extensão é coordenada pela Coordenadoria de Extensão do CIN (2021).

Consoante ao que dispõe o Regimento do CIN, ao Coordenador de Extensão compete executar a política de extensão da UFSC segundo os objetivos estabelecidos; em conjunto com os professores extensionistas, propor políticas, elaborar estratégias de trabalho, normas de funcionamento da coordenadoria, assim como supervisionar e analisar as atividades de extensão em desenvolvimento; manter sob seu controle a documentação pertencente às

¹ Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (PNE, 2014 - 2024).

² De acordo com a Resolução, a extensão universitária visa: I – estimular e potencializar as relações de intercâmbio entre a Universidade e a sociedade em relação aos objetivos da instituição; II – propiciar mecanismos para que a sociedade utilize o conhecimento existente na realização de suas atividades; III – facilitar e melhorar a articulação e a operacionalização do conhecimento advindo do ensino e da pesquisa para a sociedade; IV – preservar o conhecimento produzido pela interação da Universidade com a sociedade; V – incentivar a participação tanto de alunos de graduação como de pós-graduação, além de professores e servidores técnico-administrativos em educação (UFSC, 2016).

atividades da Coordenadoria; apresentar, semestralmente, ao Departamento de Ciência da Informação e demais instâncias pertinentes, relatório de suas atividades; exercer outras atividades relativas à extensão em articulação com a Coordenadoria de Extensão do CED e demais órgãos de Extensão da Universidade (CIN, 2021).

O Curso de Arquivologia da UFSC, para alcançar seus objetivos, precisa atender a duas dimensões indissociáveis (Universidade Federal de Santa Catarina, 2016): a) **Ensino, Pesquisa e Extensão Integrados:** Alicerçar-se em um tripé de ensino, pesquisa e extensão de excelência, promovendo um aprendizado teórico-prático que forme profissionais dinâmicos e agentes de transformação social em seus contextos de atuação. b) dispor dos meios materiais adequados, compostos por: laboratórios, recursos bibliográficos e práticas pedagógicas que, integradamente, potencializam a criação das soluções necessárias ao crescimento, no seu âmbito de atuação, da qualidade e do atendimento às demandas dos setores sociais e econômicos e em crescimento progressivo, no contexto local, nacional e também internacional/mundial.

O ensino, a pesquisa e a extensão são as três funções essenciais das universidades. Elas são indissociáveis e devem estar alinhadas para que a formação dos estudantes seja completa e transformadora. O ensino é responsável pela transmissão de conhecimento e saberes, preparando os estudantes para a vida profissional e para o exercício da cidadania. A pesquisa é responsável pela geração de novos conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico. A extensão é responsável pela aplicação do conhecimento em benefício da sociedade, contribuindo para a solução de problemas e para o desenvolvimento social. Por isso, destaca-se a importância de participação dos estudantes no desenvolvimento do ensino e da pesquisa, em conjunto com a extensão, para que se promova, efetivamente, uma educação plena que atenda às necessidades reais da sociedade.

2.3 IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O projeto de extensão é de extrema importância para comunidade externa e interna à universidade. Trata-se de uma troca de aprendizado, assumindo uma forma interdisciplinar em que há uma interação aluno versus comunidade, onde é possível adquirir novos conhecimentos mediante ações que devem ser orientadas para atividades de inclusão social extramuros da universidade.

Sua função prioritária, sufragada democraticamente pelos órgãos da universidade, deve ser o apoio solidário na solução dos problemas de exclusão e discriminação sociais,

dando-se voz aos grupos marginalizados pela sociedade (Santos, 2004, p. 74).

Enquanto processo de aprendizagem, marcada pelo contato entre vários indivíduos, a extensão promove o trabalhando em favor da transformação social “desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana, e assim a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocar no mundo com uma postura mais ativa e crítica”, (Castro, 2004, p. 14).

Segundo o entendimento do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX, as atividades de Extensão Universitária constituem “aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam” (FORPROEX, 2012, p. 52). Esses resultados permitem que haja um enriquecimento da experiência discente em termos “teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo, em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira” (FORPROEX, 2012, p.52).

De modo a ilustrar a importância e o impacto que a extensão universitária tem no desenvolvimento da carreira do discente, cita-se a experiência de um discente que, como bolsista na Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, teve a oportunidade de trabalhar em um departamento onde pôde participar de inúmeros cursos, formações, seminários, atividades e encontros de Extensão. Partindo dessas experiências, é possível trocar informações com estudantes de outras universidades (públicas e privadas), bem como observar de que modo estes estudantes trabalham e percebem o mundo à sua volta.

Em muitas ocasiões, percebe-se que os estudantes, de uma maneira geral, atingem os seus objetivos e se sentem contemplados pelas atividades desenvolvidas no âmbito da Extensão Universitária. Nesses casos, somente a Extensão consegue suprir as necessidades e formas de trabalho em determinadas áreas que a experiência em sala de aula, exclusivamente, não pode oferecer. A forma de viver e ver o mundo à sua volta se transforma e se ressignifica (Silva, 2014, p. 40). Além disso, a própria autora é um exemplo real de como as atividades de extensão podem impactar positivamente a vida dos envolvidos e das comunidades participantes. Tal experiência pessoal é, também, a razão primeira que justificou o interesse e o desenvolvimento desta pesquisa.

No mesmo sentido, em sua dissertação de mestrado intitulada “A Extensão Universitária em Ciência da Informação: análise do programa Cibercidadania”, Mendes (2023), realizou uma análise do Programa Cibercidadania no departamento da Ciência da Informação – CIN, bem como entrevistou participantes do programa. Um dos relatos foi da graduanda monitora identificada como “B” (UFSC – 2017 a 2019), a qual relata que:

[...] o Programa Cibercidadania é importante para os universitários porque é uma oportunidade de devolver o conhecimento que recebemos na universidade para a sociedade [...] é importante especialmente pela constância que tem, propiciando que sejam feitas atividades perenes entre a universidade e os alunos [...] estimula e proporciona a troca de conhecimento e de informações, tornando o processo todo ainda mais rico [...] o maior ganho de realizar a extensão diretamente na comunidade é a aplicação prática em si, a oportunidade de ver os resultados na prática, de melhorar ou corrigir, mas com base em personas reais, atividades reais e feedbacks reais [...] a extensão universitária forma pessoas e não apenas profissionais [...] de despertar dentro dos universitários algumas habilidades que nem sempre são postas em prática, e que o programa de extensão dá essa margem para desenvolver ou mesmo construir atividades e integrar com a sociedade (Mendes, 2023, p. 65).

Percebe-se, com isso, a importância da extensão universitária na vida acadêmica, podendo ser transformadora no processo de desenvolvimento acadêmico e carreira profissional, inclusive, possibilitando a ampliação/descoberta de novas habilidades dos profissionais que se pretende formar.

2.4 O PROFISSIONAL ARQUIVISTA E A LEI DE ARQUIVOS NO BRASIL

A Lei nº 6.546/1978, que regulamenta a profissão no Brasil, estabelece as bases para a atuação do arquivista, definindo-o como um profissional capacitado para gerenciar o ciclo de vida documental, desde a sua criação até a sua eliminação.

A profissão de Arquivista foi regulamentada no Brasil pela Lei n. 6.546, em 4 de julho de 1978, oportunidade em que foram dispostos os deveres legais para o exercício da profissão, definindo-a como a atividade de orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; planejamento, orientação e **acompanhamento do processo documental e informativo**; entre outros (BRASIL, 1978). Ademais, no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005), o profissional é descrito como de nível superior em Arquivologia que tenha experiência reconhecida pelo Estado.

Embora a lei e o dicionário forneçam definições básicas, a atuação do profissional arquivista vai além do mero cumprimento de obrigações legais. Nesse sentido, Duarte (2006) destaca a importância do profissional para compreender as reais necessidades dos usuários de informação, permitindo que a administração pública, ou qualquer outra organização, atue com celeridade, eficiência, eficácia e economia, além de garantir a proteção de direitos e deveres dos cidadãos. Para Santa Anna (2017), diante dos desafios da sociedade contemporânea e dos paradigmas que sustentam a área, o profissional arquivista precisa ir além das funções tradicionais de curadoria e gerenciamento de arquivos.

O profissional arquivista atua como mediador da informação, segundo McGarry (1999) – o qual propõe uma visão inovadora da profissão. Ele argumenta que os profissionais

da informação, na sua totalidade, formam uma comunidade de conhecimento com foco na comunicação e no acesso à informação na sociedade.

Assim, é diante dos desafios e das perspectivas para a formação do profissional arquivista, considerando a sua responsabilidade em atender às demandas da sociedade, que surge a questão de como este profissional pode se qualificar para essa função. Nesse sentido, destaca-se que a formação tradicional, focada em técnicas arquivísticas, precisa ser complementada com habilidades que se resumem em compreender as demandas da sociedade, isso é, o especialista deve ser capaz de identificar e compreender as demandas de informação dos diversos grupos sociais. É importante que o profissional saiba comunicar e mediar o acesso à informação de forma eficaz, usando diferentes ferramentas e tecnologias. O profissional deve, ainda, analisar criticamente a informação e seu papel na sociedade, além de refletir sobre sua prática profissional.

A Lei nº 8.159 é um marco importante para a gestão de documentos no Brasil. Ela contribuiu para a organização, preservação e acesso aos documentos arquivísticos, garantindo a transparência da administração pública e o direito à informação.

Desde do ano de 1991 está vigorada no Brasil a Lei que é o alicerce que tange os arquivos públicos e privados:

“A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também conhecida como Lei de Arquivos, estabelece a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil. A lei define os princípios e diretrizes para a gestão, organização, guarda, preservação e acesso aos documentos arquivísticos, tanto públicos quanto privados.” (BRASIL, 1991).

Em suma, a Lei nº 8.159 representa um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais transparente, democrática e informada, assegurando o acesso à informação como um direito fundamental do cidadão. E o profissional assume um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, transparente e informada. Através da sua expertise e compromisso com a qualidade da informação, o arquivista contribui para a preservação da memória histórica e para o exercício da cidadania.

2.5 FORMAÇÃO DO(A) ARQUIVISTA NA UFSC

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), disposto no site oficial da UFSC no que se referente à formação do profissional arquivista, o curso de Arquivologia tem como objetivo propiciar a formação profissional do Arquivista de modo a capacitá-lo a atuar de forma crítica e reflexiva sobre as dimensões da realidade social (UFSC, 2015). O PPC é um documento fundamental que define as diretrizes e objetivos da formação profissional. O curso de graduação em Arquivologia vem sendo ofertado pela UFSC desde 2010. Além disso, a grade curricular do curso é estruturada em três eixos: Núcleo Comum de Formação Geral; Núcleo de Formação Específica; e Núcleo de Formação Complementar.

Segundo o PPC do curso (UFSC, 2015), define-se o perfil do egresso do curso como um profissional capaz de ter competências, habilidades gerais e específicas, sobretudo relacionadas à compreensão do campo de atuação de Arquivologia; gerar e divulgar serviços arquivísticos; formular e executar políticas institucionais; planejar, coordenar, executar e avaliar projetos; desenvolver e utilizar novas tecnologias; atender às necessidades de indivíduos e comunidades; atender às necessidades de indivíduos e comunidades e atuar de forma autônoma e prestar consultoria.

As competências e habilidades específicas consistem em compreender o valor probatório dos documentos; identificar o contexto de produção dos documentos; planejar e elaborar instrumentos de gestão documental; classificar, descrever e difundir documentos; planejar, organizar e supervisionar serviços arquivísticos; implementar rotinas de trabalho e políticas de arquivo; gerenciar o preparo, recebimento e controle da documentação; e treinar e supervisionar o trabalho em diferentes organizações e realizar pesquisas em documentos e arquivos históricos (UFSC, 2015).

Percebe-se, desse modo, que o curso de Arquivologia da UFSC se mantém em constante evolução, adaptando-se às novas demandas da sociedade. O objetivo é formar bacharéis aptos a atuar em diversos setores sociais, com uma visão crítica e inovadora da profissão.

2.6 DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO: CONCEITO E ESTRATÉGIAS

Difusão, segundo o Dicionário Houaiss (2009), pode ser considerada a “divulgação (de culturas, ideias, etc.); propagação, multiplicação” e difuso é aquilo que “se espalha largamente por todas as direções; disseminado, divulgado abundantemente em palavras; prolixo, difusivo” (Houaiss, 2009).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005) não traz o termo “difusão”, mas se aproxima de sua compreensão quando conceitua “Disseminação da Informação”, que se refere ao “fornecimento e difusão de informações por canais formais de comunicação” (Arquivo Nacional, 2005, p. 71). Também traz o termo “Divulgação” que é o “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (Arquivo Nacional, 2005, p. 72).

Ainda de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005), o termo “difusão” pode se correlacionar com três outros termos: “acesso”, “disseminação” e “divulgação” (Arquivo Nacional, 2005). Nesse sentido, atribui-se ao termo “acesso”, conforme Arquivo Nacional (2005, p. 15), os seguintes significados: “1. Possibilidade de consulta a documentos e informações; 2. Função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. À “disseminação da informação” compete o “fornecimento e difusão de informações por canais formais de comunicação” (Arquivo Nacional, 2005, p. 71) e o termo “divulgação” se refere ao “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos [...], por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (Arquivo Nacional, 2005, p. 72).

Não obstante, a definição proposta pelo Arquivo Nacional, segundo o guia da Organização dos Estados Americanos – OEA para a aplicação da Lei Modelo Interamericana de Acesso à Informação Pública, a difusão diz respeito ao “processo de tornar informações públicas disponíveis ao público” (OEA, 2020). Essa definição é aplicável aos acervos de arquivos, que são uma forma de informação pública.

Por fim, para Rousseau e Couture (1998, p. 265):

“A difusão representa uma estratégia fundamental para a projeção dos arquivos diante da sociedade, a partir do desenvolvimento de atividades que encurtem o distanciamento entre instituição arquivística e seu público. Portanto, a difusão de arquivos é o processo de tornar os acervos de arquivos disponíveis ao público, Rousseau e Couture.”(1998, p. 265).

Essa atividade é essencial para garantir que os acervos sejam acessíveis a todos os interessados, independentemente de sua localização ou nível de conhecimento.

2.6.1 Estratégias de Difusão da Informação

Segundo Bellotto (2006), há três diferentes formas de proporcionar a difusão de documentos de caráter arquivístico, quais sejam a difusão editorial, que se ocupa da elaboração de publicações, a difusão cultural, que “lança elementos de dentro do arquivo para fora [...] e a que permite o retorno dessa mesma política” (Bellotto, 2006, p. 228). Há, também, a assistência educativa, que busca promover serviços mediados entre arquivo e escola.

Algumas estratégias e iniciativas de aproximação do público aos arquivos podem ser observadas nas atividades desenvolvidas pela Administração Pública, como o relatado pela Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina, em 2013: “a Escola de Educação Básica (EEB) Pero Vaz de Caminha, em Florianópolis, [realizou] [...] uma exposição com [...] releituras da carta de Pero Vaz de Caminha [...]” (Santa Catarina, 2013).

O arquivista, como profissional da informação, pode também ser formador/educador. Entendido sob o olhar de Souto (2017), “[...] formar não é ensinar, não é transmitir conhecimentos, ainda que isto tenha lugar no processo. Este é o intuito desta pesquisa que o profissional em construção na universidade aplique suas habilidades por meio de ações de extensão difundindo informações de editais que são extremamente complexos e facilite o acesso universitário para a comunidade que vivem em um contexto de vulnerabilidade sociais.

Segundo o guia da OEA (2020) para a aplicação da Lei Modelo Interamericana de Acesso à Informação Pública, a difusão de arquivos pode ser realizada por meio de diversas estratégias, como (i) Publicações: livros, revistas, catálogos, boletins etc.; (ii) Exposições: presenciais ou virtuais; (iii) Atividades educativas: palestras, cursos, oficinas etc.; (iv) Mídias sociais: canais no YouTube, Facebook, Instagram etc.; e (v) Eventos: seminários, congressos etc.

Percebe-se, nesse sentido, que o objetivo da difusão de arquivos é aumentar o conhecimento público sobre os acervos, sensibilizar as pessoas para a importância da preservação documental e promover o uso dos documentos de arquivo para pesquisa, educação e cultura.

A gestão de documentos é um processo crucial para qualquer organização, seja pública ou privada. Conforme o Art. 3º da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de, 1991, considera-se: “Gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” (BRASIL, 1991).

Para realizar a gestão de documentos, faz-se necessário estabelecer uma série de procedimentos, entre os quais:

“A elaborar uma política de gestão de documentos arquivísticos; conhecer a estrutura e funções da instituição; identificar os tomadores de decisão da administração estratégica; identificar os processos e os documentos gerados; analisar os fluxos de trabalho; desenvolver estratégias de implementação ou adequação do sistema de gestão de documentos; subsidiar, com instrumentos técnico-científicos, a implementação da gestão de documentos e dos serviços arquivísticos; identificar problemas e propor soluções quanto à gestão de documentos no âmbito da administração pública.” (UNB, 2015)

Os objetivos da gestão de documentos segundo (Bernardes;Delatorre, 2008, p.8) é:

“Assegurar o pleno exercício da cidadania; agilizar o acesso aos arquivos e às informações; promover a transparência das ações administrativas; garantir economia, eficiência e eficácia na administração pública ou privada; agilizar o processo decisório; incentivar o trabalho multidisciplinar e em equipe; controlar o fluxo de documentos e a organização dos arquivos; racionalizar a produção dos documentos; normalizar os procedimentos para avaliação, transferência, recolhimento, guarda e eliminação de documentos; preservar o patrimônio documental considerado de guarda permanente”. (Bernardes;Delatorre, 2008, p.8).

Percebe-se que as estratégias, gestão documental, aumenta da produtividade e da eficiência, otimiza os processos de criação, arquivamento e recuperação de documentos. Podendo melhor a tomada de decisões a partir acesso rápido e fácil às informações. E aprimoramento, a colaboração e do trabalho em equipe.

2.7 O PAPEL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA AO DIFUNDIR INFORMAÇÕES NA COMUNIDADE

A extensão universitária é uma oportunidade para os futuros arquivistas e demais estudantes do departamento da Ciência da Informação aplicarem seus conhecimentos e habilidades em prol da sociedade. Jardim (2012) apresenta três visões da Arquivologia, sendo elas: 1) Arquivologia como campo autônomo; 2) Arquivologia como subárea da Ciência da

Informação; e 3) Arquivologia como disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém, exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares.

Para este projeto, foi adotada a última concepção por ser a que mais se aproxima do objetivo de estudo e que busca apresentar as interlocuções existentes entre a Arquivologia e a Educação. Essas interlocuções partem de eixos a serem explorados como: difusão, ações educativas, serviço educativo, que podem se tornar realidade através de projetos de extensão e eventos.

De acordo com Duarte (2006), o arquivista tem sido conduzido a atender as necessidades informativas, para que a administração desenvolva suas funções com rapidez e efetividade, salvaguardando direitos e deveres das pessoas, através dos documentos, e para tornar possíveis a pesquisa e a difusão cultural. Ao mesmo tempo, em que se atêm às práticas e técnicas arquivísticas, deve possuir conhecimentos oriundos da administração, direito, marketing, história, dentre outras.

O arquivista deve ser um investigador, que estuda a documentação, a analisa e a representa. Além disso, como pesquisador em conjuntos documentais, deve, também, exibir resultados que servirão como “ponto de partida do tratamento que será destinado” (Duarte, 2006, p. 150). Igualmente, Delmas (2010, p. 117) defende que o papel dos arquivistas é de “decifrar, para os usuários atuais, os códigos esquecidos dos documentos, independentemente da sua época, e de tornar compreensível e acessível àquilo que, como o passar do tempo, se tornou incompreensível”, destacando, mais uma vez, o papel essencial do profissional da sociedade da informação contemporânea.

3 HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO CASA SÃO JOSÉ: O OBJETO DE ESTUDO

A Casa São José (CSJ) foi fundada em 2003 e é uma associação sem fins lucrativos, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob n. 18.093.657/0001-06. Trata-se de uma pessoa jurídica de pessoa privado sob a forma de associação civil sem fins econômico, de duração indeterminada, com caráter beneficente, nos termos da Lei n. 10.406/2002 (art. 53 a 61), com sede na rua Marcus Aurélio Homem, 366, bairro Trindade, na cidade de Florianópolis – SC.

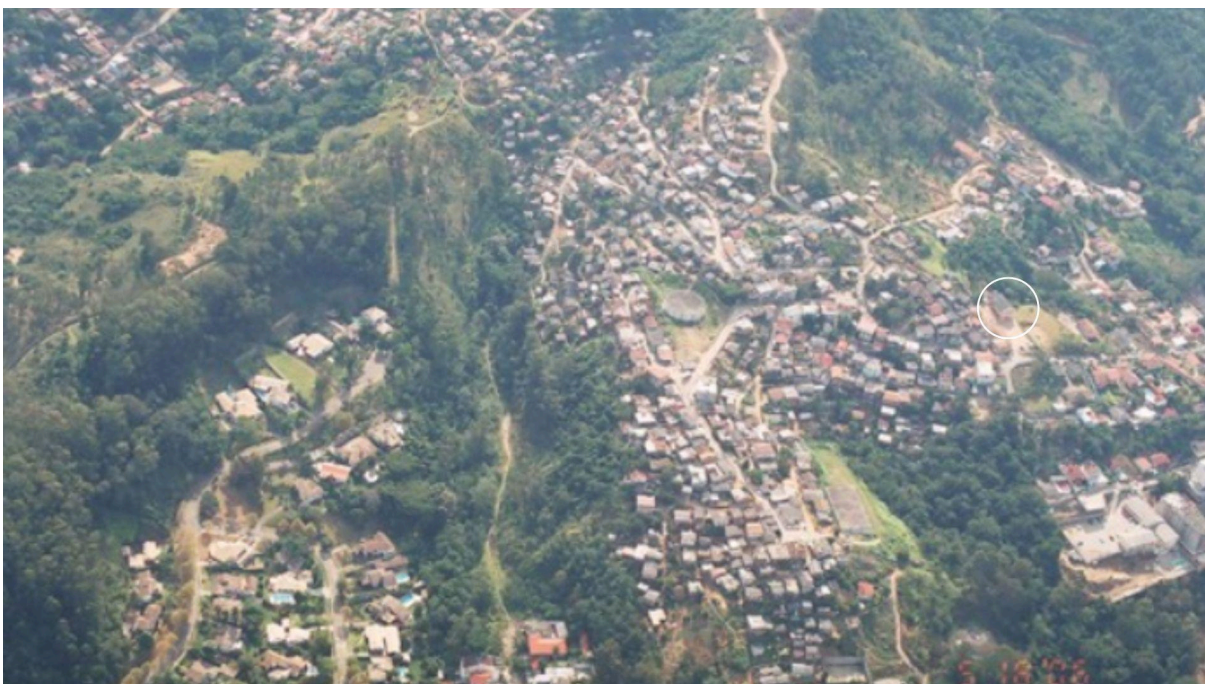
A história da CSJ iniciou em 2002, a pedido de familiares da comunidade que solicitaram um local seguro para deixar os filhos para que pudessem trabalhar tranquilamente.

O Frei Daniel Heinzen, pároco da Paróquia Santíssima Trindade, foi, então, o idealizador do sonho da comunidade.

Diante desta solicitação (e necessidade da comunidade), o Frei utilizou as missas da paróquia para pedir ajuda por meio de uma campanha de arrecadação em comemoração aos 150 anos de existência da referida paróquia no bairro Trindade. Então, 150 padrinhos abraçaram esta ideia e colaboraram com esta obra social, fazendo contribuições mensais durante um ano. Assim, em 23 de março de 2003 nasceu a Casa São José, na Serrinha, que é uma comunidade próxima à região da trindade.

A abrangência geográfica de atuação da Casa São José é a comunidade da Serrinha e Alto da Caeira, no Maciço do Morro da Cruz. Segundo o Balanço Institucional de (2022), o processo de ocupação do Maciço do Morro da Cruz começou a partir da década de 1970 de maneira irregular e desordenada, principalmente pela população em situação de vulnerabilidade social. Aliado à falta de interesse público e investimento no território, problemas estruturantes surgiram. O cenário do território perpassa pela presença do tráfico de drogas, violência policial, ausência de espaços públicos de lazer, áreas de risco ambiental com risco de deslizamento e ausência de serviços públicos (transporte coletivo, saúde, saneamento, luz, água e moradia). A figura 3, abaixo, retrata a comunidade da Serrinha, na imagem contém um círculo branco para identificar onde geograficamente localiza a CSJ.

Figura 3 – “Morro da Serrinha”.



Fonte: Laboratório de Análise Ambiental da UFSC (2024)

A Casa é um espaço de referência para a comunidade, fortalecendo as famílias no desempenho de seu papel de cuidados e proteção, onde se avalia frequentemente a capacidade de atendimento, buscando alternativas para as demandas identificadas diariamente. Portanto, é um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, atuando na educação integral de crianças e adolescentes. A figura 3, abaixo, retrata a imagem da instituição CJS em que se pode perceber o local onde está situada na comunidade da Serrinha.

Figura 4 – Local da “Casa São José”.



Fonte: Casa São José (s.d.).

Além disso, quanto ao planejamento estratégico de uma organização, tal qual a CSJ, Zaros e Lima (2009) entendem que se trata de uma ferramenta que abrange:

A **visão**, que define onde a organização quer chegar; **missão**, que é a razão de ser da organização; e os **valores**, que estão atrelados com as metas organizacionais. Assim, abaixo estão descritas a visão, missão e valores definidos pela CSJ, cuja análise é feita tendo como base os conceitos de planejamento estratégico, o qual é definido como uma ferramenta mutável que baliza metas e demais ações da organização (Zaros; Lima, 2009).

É no Planejamento Estratégico Organizacional que a organização destaca a sua missão, metas e visão, atreladas à análise ambiental e organizacional, com o propósito de cumprir suas metas, alcançar seus objetivos e corrigir suas imperfeições (Zaros; Lima, 2009).

Nesse sentido, a **missão** da CSJ é proporcionar um espaço de desenvolvimento sociocultural, emocional e educacional para as crianças e adolescentes, por meio de um ambiente que contribua para a ampliação das relações, fortalecimento de vínculos família/comunidade e garantia de direitos e deveres, auxiliando no processo de construção de suas identidades, potencialidades e senso crítico. Tendo como **visão**, a CSJ busca ser um espaço de referência ao atendimento de crianças e adolescentes no município de

Florianópolis, em conjunto com a comunidade escolar, a rede socioassistencial e a família, por meio da inclusão social, construção de conhecimentos e práticas educacionais emancipatórias, atuando como agente de transformação de indivíduos dentro da comunidade. Como **valores**, a CSJ visa proporcionar empoderamento, autonomia, criatividade, empatia, respeito, responsabilidade e colaboração (Casa São José, *s.d.*).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA CASA SÃO JOSÉ

Segundo o Estatuto Social da Casa São José (2022), o **objetivo geral da instituição** consiste em atender crianças, na área de atuação da Organização Social, priorizando suas necessidades básicas de saúde; nutrição; desenvolvimento físico; afetivo; emocional e espiritual. Com isso, busca-se possibilitar a formação crítica e consciente da cidadania, interagindo em um universo cultural de convívio social e familiar.

A CSJ tem como **objetivos específicos** atender crianças e adolescentes, de seis a 17 anos de idade, no período inverso ao escolar (contraturno); atender preferencialmente as crianças oriundas da Creche São Francisco de Assis, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pela mesma; estabelecer um trabalho de parceria com as famílias da comunidade da Serrinha e com as escolas frequentadas pelas crianças atendidas; atender as crianças, possibilitando um espaço de cuidado, proteção e aprendizado, buscando o desenvolvimento físico, afetivo, social, espiritual, bem como de valores cristãos; oferecer atendimento pedagógico, psicológico, sociofamiliar e odontológico às crianças da Casa São José, com trabalho de prevenção e cuidados básicos; aprofundar os conceitos e fortalecer o trabalho com as diferentes culturas, as maneiras de viver, os valores, as características físicas, questões de gênero, buscando refletir sobre o respeito e a valorização das diferenças; garantir a cada criança três refeições diárias (café, lanche e almoço), ao todo, são 12.870 refeições ao mês, tendo como principais parceiras a Paróquia da Santíssima Trindade e a Prefeitura Municipal de Florianópolis por meio de termos de fomento e Colaboração com as Secretarias da educação e da assistência social. Promover cursos e palestras, com fins educativos e profissionalizantes; desenvolver experiências práticas de empreendedorismo que visem a sustentabilidade, bem como consciência ambiental; proporcionar atividades de lazer, esporte e cultura às crianças; além de possibilitar à comunidade espaços para que crianças, adolescentes, famílias e membros da comunidade local possam se reunir para debater acerca de demandas pertinentes no território.

Abaixo, é apresentada a identidade visual da CSJ:

Figura 2 - Logotipo da instituição “Casa São José”.



Fonte: Casa São José (s.d.).

No desenvolvimento de suas atividades, a CSJ atende ao seu propósito prestando serviço de forma gratuita para a comunidade, sem qualquer discriminação de nacionalidade, raça, cor, gênero, credo religioso ou político. Dedicase a proporcionar um espaço de desenvolvimento sociocultural, emocional e educacional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Para o exercício das suas atividades, a CSJ dispõe de um espaço de atendimento à criança e ao adolescente, contando com 25 colaboradores no total, sendo 190 alunos matriculados na Associação. O processo de matrícula ocorre em fevereiro de cada ano. Na instituição as crianças e adolescentes matriculados são organizados por idade, nos grupos denominados Grupo 1 (06 a 07 anos), Grupo 2 (08 a 10 anos), Grupo 3 (10 a 12 anos), Grupo 4 e Grupo 5 (13 a 17 anos). Cada grupo tem uma educadora que acompanha e realiza as atividades ao longo do ano.

Atualmente (em 2024) as oficinas ofertadas são: apoio pedagógico; artesanato; dança; educação física; informática; italiano; mãos na terra; sapateados; e recreação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa de campo, aplicada. Segundo Severino (2007, p. 123), a pesquisa de campo é definida como o “objeto/fonte abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intenção e manuseio por parte do pesquisador”.

A abordagem qualitativa foi escolhida devido à necessidade de uma investigação profunda de um “sistema limitado” ou caso particular. Este tipo de pesquisa envolve a coleta de dados abrangentes e detalhados de diversas fontes no contexto específico do caso (Creswell, 1997). A pesquisa qualitativa é caracterizada pelo seu enfoque interpretativo, observando os meios naturais.

Como Richardson (1999, p. 94) coloca, “a pesquisa qualitativa é caracterizada como sendo uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentados pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. Essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa pela natureza investigativa em profundidade do caso analisado, por meio da utilização de técnicas não estruturadas para coleta de dados primários e análise documental.

Para coleta de dados secundários, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para fundamentar a base teórico-metodológica do estudo. Conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos. Este método foi escolhido para entender melhor os objetivos identificados e permitir uma nova exploração de assuntos ainda pouco estudados. As fontes incluíram bases de dados como Google Acadêmico, Brapci, BDAArquivística e Scielo, além de leis e decretos sobre extensão universitária.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, tanto atuais quanto históricos, dentro da instituição e comunidade estudadas.

Para operacionalização da pesquisa, adotou-se o estudo de caso é uma estratégia de investigação qualitativa que permite explorar profundamente um programa, evento, atividade, processo ou indivíduo (Creswell, 2010). Stake (1995), citado por Creswell (2010, p. 38), define o estudo de caso como uma abordagem que envolve a coleta de informações detalhadas ao longo de um período prolongado.

Por se tratar de uma pesquisa aplicada, que foca nos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações e grupos sociais (Fleury, 2016), esta pesquisa adotou a seleção da amostra da pesquisa por acessibilidade. A escolha da Casa São José como objeto de estudo se deu por: a relevância da instituição na comunidade local, a disponibilidade de acesso aos dados necessários para a pesquisa e a disposição da instituição em colaborar com o estudo.

Assim, participaram das etapas de observação e entrevistas: colaboradores, alunos e moradores da comunidade local.

No contexto deste estudo, a pesquisa ocorreu entre 22 de fevereiro e 02 de maio de 2024. Para coleta de dados utilizou-se a observação e entrevistas em profundidade.

Severino (2007, p. 125) afirma que a observação é essencial para acessar fenômenos estruturados e imprescindível em qualquer modalidade de pesquisa. Gil (2007, p. 117) complementa que a entrevista é uma técnica em que o investigador obtém dados relevantes por meio de perguntas diretas aos entrevistados, caracterizando-se como uma forma de diálogo assimétrico para coleta de dados.

A observação indireta, que permitiu à pesquisadora entender o desenvolvimento das atividades na turma Grupo 5, mapeando as necessidades e expectativas dos participantes. Já a observação direta, intensiva e participante foi utilizada para estudar as práticas de gestão documental e otimizar processos de criação, arquivamento e recuperação de documentos.

A coleta de dados envolveu entrevistas e observação direta dos alunos, funcionários da CSJ e moradores da comunidade. Consistiu em entrevistas estruturadas para mapear e propor projetos de extensão. As entrevistas foram realizadas com a gestão da Associação Casa São José, educadoras sociais, estudantes da turma G5 e membros da comunidade, em sessões agendadas, durando entre 15 e 20 minutos. Os participantes foram informados sobre o método utilizado e assinaram um termo de autorização.

As entrevistas foram transcritas para posterior análise de conteúdo, que se deu a partir da categorização dos resultados, que foram divididos em: projetos relacionados ao acesso à Universidade ao mercado de trabalho e de inclusão social na comunidade; projetos relacionados ao acesso ao mercado de trabalho; e projetos relacionados à inclusão social.

Foram criados quadros que apontam o mapeamento e proposição de projetos de extensão baseados nas demandas identificadas.

5 RESULTADOS

Esta seção apresenta uma síntese das entrevistas realizadas com base no contexto em que cada participante está inserido, na sua experiência e na convivência diária na instituição. Assim, o instrumento utilizando encontra-se no apêndice “A” ao final desse trabalho, a amostra final foi composta por 2 colaboradores da Casa São José, 20 alunos da turma G5 e 3 moradores da comunidade onde a instituição está localizada.

A partir do mapeamento das ações, são quatro as categorias identificadas a partir da coleta de dados. O Quadro 1 apresenta inicialmente uma síntese do perfil dos participantes do estudo.

Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados.

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	VÍNCULO CSJ
Entrevistado - E1	24 anos	Colaborador
Entrevistado - E2	não identificado	Colaborador
Entrevistado - E4	34	Morador Comunidade
Entrevistado - E5	33	Morador Comunidade
Entrevistado - E6	40	Morador Comunidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

As subseções a seguir apresentam o resultado da pesquisa e as demandas e necessidades da CSJ e da comunidade atendida por ela.

5.1 DESAFIOS E OPORTUNIDADES: CASA SÃO JOSÉ

As entrevistas com as colaboradoras da CJS revelam um cenário desafiador, mas também cheio de oportunidades para a construção de um projeto de extensão transformador. A falta de familiaridade com leitura e escrita limita o acesso à informação e ao conhecimento, impactando negativamente o desenvolvimento educacional dos adolescentes.

Segundo o entrevistado E1: *“A falta de tempo para acompanhamento individualizado dos adolescentes, as dificuldades de aprendizagem, a baixa autoestima e a falta de familiaridade com leitura e escrita são alguns dos desafios que a instituição enfrenta”*. Para reduzir esses obstáculos e desafios, a Extensão Universitária pode oferecer a solução, com a realização de oficinas e atividades extracurriculares que promovem o desenvolvimento da autoestima, a familiaridade com leitura e escrita e outras habilidades importantes para os jovens.

Com isso, busca-se que os adolescentes e demais participantes do projeto tenham acesso a ferramentas para superarem seus desafios, desenvolverem todo seu potencial e construam um futuro melhor. É o que entende, também, a entrevistada E1: *“A extensão universitária pode trazer novas perspectivas e soluções para os problemas da instituição, através da participação de diversos cursos e áreas de conhecimento”*.

Fica em evidência nesta pesquisa que os jovens da comunidade não possuem informações suficientes sobre como ingressar na universidade, cursos disponíveis, formas de financiamento etc., o que dificulta o acesso ao ensino superior.

Para o entrevistado E5:

Percebe-se que a falta de informações sobre o acesso à educação universitária aos jovens: muitos deles não sabem como ingressar na universidade, quais cursos existem, quais as formas de financiamento disponíveis etc. Os jovens da comunidade enfrentam diversas dificuldades para ingressar na universidade devido à falta de recurso financeiro, a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar, falta de apoio etc.

A desmotivação e a falta de perspectivas para o futuro são sentimentos comuns entre os jovens da comunidade, o que limita seus sonhos e aspirações. Para a entrevistado E1: “*A desmotivação e a falta de perspectivas dos jovens da comunidade é outra questão preocupante: eles não acreditam que possam ingressar na universidade e não tem muita certeza do que esperam do futuro*”. Portanto, a Extensão Universitária pode oferecer ferramentas alternativas para que os adolescentes possam superar essas barreiras, desenvolver confiança em seu próprio potencial e novas habilidades (*soft e hard skills*).

Por sua vez, de acordo com o entrevistado E4: “*a maior dificuldade da comunidade é a violência, tráfico de drogas exposta na porta de casa, saneamento básico, a falta de infraestrutura e o descaso do governo estadual e municipal com a comunidade*”. Tal percepção sobre as dificuldades da comunidade difere daquela relatada pelo entrevistado 5, para o qual: “*os problemas da comunidade poderiam ser resolvidos se a comunidade fosse mais unida e fossem em busca de seus direitos*”. Percebe-se na narrativa do entrevistado E4 que a violência e o tráfico de drogas são problemas graves na comunidade, expondo os jovens a situações de risco e limitando seu desenvolvimento seguro; além disso, a falta de infraestrutura e saneamento básico na comunidade impacta negativamente a qualidade de vida dos moradores.

Ademais, importante mencionar que a Casa São José não possui vagas para atender a todas as crianças da comunidade, limitando o acesso aos seus serviços. O entrevistado E6, nesse sentido, relata que: “*a Casa São José é um espaço importante para as crianças da comunidade ficarem enquanto os pais trabalham, mas não tem vaga para todo mundo*”. É fundamental, portanto, a união da comunidade, da Casa São José e da Universidade para a construção de um futuro melhor para esses adolescentes.

5.2 PROJETO DE EXTENSÃO: TEMAS E ÁREAS

Percebe-se que a Casa São José está aberta para receber projetos de extensão universitária. A CSJ apresenta um espaço rico para troca de saberes e para o compartilhamento de conhecimento entre universidade e comunidade. Segundo a afirmativa da entrevistada E1, uma das possibilidades de projetos de extensão que podem ser ofertados

na Casa São José são: *“oficinas ou cursos de Tecnologia e Robótica que utilizem de ferramentas tecnológicas e atividades que despertem o interesse dos adolescentes em aprimorar suas habilidades. Onde o jovem da comunidade possa desenvolver habilidades como programação, lógica e criatividade”*.

Foi levantada, também, a possibilidade de criação de projetos voltados ao mercado de trabalho, empreendedorismo, educação financeira, autoestima, saúde mental, entre outros temas relevantes para o futuro dos adolescentes. Além disso, foram propostos *workshops*, palestras e debates sobre os temas selecionados. Os principais temas de interesse da comunidade são: do conceito à prática de empreendedorismo, passo a passo sobre educação financeira, curso de tecnologia da informação, introdução à prática de robótica, temas estes que se inter-relacionam com a Arquivologia, quando da produção de documentos gerada por essas atividades.

Com relação à inclusão social, levantou-se a necessidade de cursos relacionados à educação e esportes.

Segundo a entrevista realizada com E1: *“as capacitações voltadas aos educadores são de extrema importância, pois apresenta novas ideias para trabalhar com os jovens das instituições”*. As capacitações para os educadores que a extensão universitária pode ofertar na CJS são cursos, *workshops* e eventos que promovam a atualização de práticas pedagógicas, além do aprimoramento das habilidades dos educadores para lidar com os desafios da educação moderna e com a tecnologia da informação.

Quanto à visão voltada ao empreendedorismo, para o entrevistado E5: *“me considero uma ótima cozinheira, e tenho interesse em ter um negócio, mas tenho medo de não dar certo”*. Percebe-se, com isso, o desejo em empreender, porém, acompanhado da insegurança por não saber por onde começar. A atividade de empreender, além de exigir coragem, exige também conhecimentos mínimos a respeito dos documentos que são gerados por essa atividade, sejam requerimentos de abertura de CNPJ, contratos sociais, notas fiscais, recibos, certidões negativas municipais, estaduais, trabalhistas e federais, por exemplo; e a organização e tratamento desses documentos. Essas práticas fazem parte do cotidiano do arquivista e podem ser oferecidas aos estudantes que pensam em iniciar a vida empreendedora.

5.3 PARCERIAS E COLABORAÇÃO: PROJETO DE EXTENSÃO

Segundo a entrevista realizada com E1, quanto à expectativa de parceria e colaboração com os projetos de extensão, destaca-se que:

[...] os futuros projetos de extensão proporcionem oficinas que auxiliem a melhorar a autoestima e confiança dos adolescentes: reconhecimento de suas habilidades e potencialidades. Que eles possam aprimorar o aprendizado através de diversificação de métodos e ferramentas tecnológicas. Que os jovens possam ter projetos que auxiliem e preparem para o mercado de trabalho: com oficinas e dinâmicas voltadas ao desenvolvimento de habilidades como comunicação, trabalho em equipe e resolução de problemas. Que amplie os horizontes e perspectivas do seu futuro: contato com diferentes áreas do conhecimento que a universidade possa apresentar e novas oportunidades.

Foram realizadas, ainda, perguntas sobre quais são as prioridades e expectativas na CSJ. Assim, a entrevistada E2, em relação à parte de estrutura física, respondeu que:

Na estrutura física estão a implementação de espaço verde para a aplicação da oficina Mão na Terra, a reforma de banheiros e mobiliário das salas e em relação a oficinas o desejo da retomada de oficinas de canto e música com instrumentos. E na equipe a contratação de mais um colaborador para auxiliar nas demandas diárias.

Para a entrevistada E2, as expectativas em relação aos projetos de extensão para a CSJ são as seguintes: “*acredita que irá auxiliar nas demandas da CJS e trazer novas ideias e soluções para atender às necessidades da Casa*”.

Foram questionados, também, quais os critérios para parcerias de projetos de extensão. Segundo a entrevistada E2: “*os critérios de seleção que a instituição faz para receber o projeto de extensão são que atenderam alguma das necessidades da CJS e que está aberta para ideias novas que contribuam para o trabalho com crianças e adolescentes*”. Segundo a gestão da CSJ, a instituição pode oferecer aos interessados que almejam propor projetos de extensão a sua estrutura da CJS, alimentação e materiais pedagógicos.

Em relação à importância do projeto de extensão para a comunidade e sua participação, a gestão acredita ser muito importante, mas há um grande desafio para o engajamento da comunidade devido ao horário de funcionamento da CJS, momento em que a maioria está trabalhando.

5.4 PROPOSIÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO

Com base nas demandas e necessidades identificadas, a pesquisa propõe os seguintes projetos de extensão universitária frente três eixos: acesso à Universidade, mercado de trabalho e inclusão social:

Quadro 2 – Proposta de projetos de extensão universitária.

Projetos de Extensão	Justificativa	Palavras-chaves
Projetos relacionados ao acesso à Universidade ao mercado de trabalho e de inclusão social na comunidade.		
Palestras e oficinas sobre o acesso à educação universitária	Para informar os jovens sobre as diferentes opções de cursos, formas de ingresso, financiamentos e programas de apoio.	Acesso: democratização do ensino, inclusão social, oportunidades iguais. Informação: orientação, palestras, oficinas, divulgação de programas.
Acompanhamento e orientação individualizada	Para auxiliar os jovens no processo de inscrição no Enem, na universidade, escolha de curso, busca por financiamentos.	Educação: ensino superior, graduação, formação acadêmica.
Mentoria e acompanhamento acadêmico	Para oferecer apoio aos jovens durante a graduação, ajudando-os a superar as dificuldades e permanecer na universidade.	Desenvolvimento pessoal: autoconfiança, motivação, organização, habilidades de estudo.
Promoção da cultura universitária	Para incentivar os jovens a sonhar com a universidade e mostrar que o ensino superior é possível para todos.	Educação: ensino superior, motivação, possibilidades.
Projetos relacionados ao acesso ao mercado de trabalho		
Promoção de <i>workshop</i> e capacitações na área da tecnologia	Para incentivar a participação dos jovens e da comunidade, possibilitando adquirirem novos conhecimentos e habilidades através da informática, robótica, tecnologia da informação, introdução a programação, gestão dos documentos gerados no processo de desenvolvimento de sistemas	Tecnologia: possibilidades, mercado de trabalho, ensino.
Promoção de <i>workshop</i> e capacitações na área do empreendedorismo	Para incentivar os jovens e a comunidade a possibilidade de adquirirem novos conhecimentos e habilidades em reconhecer conceitos básicos de empreendedorismo, passo a passo de como abrir seu negócio etc., documentos gerados e gestão arquivística desses documentos.	Trabalho: renda extra, negócio, possibilidade.
Promoção de <i>workshop</i> e capacitações na área de finanças pessoais	Para auxiliar os jovens no processo de organização financeira, o que é finanças pessoais, como se organizar financeiramente, investimento, documentos contábeis e sua organização	Organização: finanças, organização, dinheiro, comportamento.
Promoção de <i>workshop</i> sobre	Para auxiliar os estudantes a ingressarem	Gestão de documentos;

práticas cotidianas em escritórios	em estágios ou como menor aprendiz em instituições diversas. Esse conhecimento será base para o auxílio a atividades por vezes relacionadas à prática do estudante.	elaboração de documentos; fluxo e tramitação de documentos.
Projetos relacionados à inclusão social		
Promoção de estudos históricos a respeito da comunidade	Para promover na comunidade o reconhecimento de sua história, lutas, conquistas. Que sua identidade, ao ser reconhecida, fortaleça e crie lideranças locais com o objetivo de unir, traçar metas e planos ao desenvolvimento da comunidade.	História; memória; identidade; disseminação da informação; exposições; fotografias; documentos históricos; depoimentos de história oral.
Promoção de <i>workshop</i> e capacitações na área do esporte:	Para auxiliar os jovens e as no processo de socialização com outros projetos e diferentes esportes e saúde mental.	Lazer: esporte, competição, socialização, saúde mental.
Promoção de <i>workshop</i> e capacitações na área da educação	Para auxiliar as crianças e os jovens e a comunidade e as no processo de aprimoramento da leitura, escrita, matemática, inglês, espanhol etc.	Educação: ensino, metodologia de aprendizagem, organização de estudo.

Fonte: a autora (2024).

A pesquisa realizada na Casa São José e na comunidade em torno dela evidenciou a necessidade de ações extensionistas que visam promover o acesso à educação universitária, o desenvolvimento profissional e a inclusão social. Diante dessa realidade, foram propostos nove projetos de extensão que visam atender às demandas identificadas e contribuir para a transformação social da comunidade.

Os projetos de extensão propostos têm como principais objetivos: informar os jovens sobre as diferentes opções de cursos, formas de ingresso, financiamentos e programas de apoio à educação superior; auxiliar os jovens no processo de inscrição no ENEM, na escolha de curso, na busca por financiamentos e na orientação individualizada; oferecer apoio aos jovens durante a graduação, ajudando-os a superar as dificuldades e permanecer na universidade; incentivar os jovens a sonhar com a universidade e mostrar que o ensino superior é possível para todos;

A participação de alunos de Arquivologia pode ser crucial para o sucesso desses projetos, contribuindo de diversas maneiras sendo. Na **gestão documental, organizando e preservando os documentos**: os alunos podem auxiliar na organização e preservação dos documentos utilizados nos projetos, garantindo a sua acessibilidade e segurança. Isso inclui atividades como: **identificar e classificar os documentos**: colaborando na identificação e classificação dos documentos produzidos e recebidos pelos projetos, de acordo com critérios arquivísticos adequados. Na **descrição documental**: elaborar descrições precisas e

informativas dos documentos, facilitando a sua localização e consulta. Na **implementação de tabelas de temporabilidade documentos**: auxiliando na criação e implementação de tabelas de temporabilidade documentos, definindo os prazos de guarda e descarte dos documentos. A **digitalização de documentos**: digitalizando documentos físicos, quando necessário, para facilitar a sua consulta e preservação.

No **gerenciamento de arquivos**: os alunos podem auxiliar na gestão dos arquivos físicos e digitais dos projetos, garantindo a sua organização, eficiência e segurança. Isso inclui atividades como: a **implementação de sistemas de arquivamento**: auxiliando na implementação de sistemas de arquivamento adequados às necessidades dos projetos, utilizando softwares específicos. No **controle de acesso aos documentos**: definir e implementar mecanismos de controle de acesso aos documentos, garantindo que apenas as pessoas autorizadas tenham acesso a eles. Na **segurança da informação**: implementando medidas de segurança da informação para proteger os documentos contra acessos não autorizados, perda ou danos.

Na **disseminação da informação**: os alunos podem auxiliar na disseminação de informações sobre os projetos e seus resultados para a comunidade. Isso inclui atividades como: A **criação de materiais informativos**: elaborar materiais informativos sobre os projetos, como folders, panfletos, etc. Na **manutenção de websites e redes sociais**: atualizando os websites e redes sociais dos projetos com informações sobre as atividades, resultados e impactos da iniciativa. E **organização de eventos**: organizar eventos para apresentar os projetos à comunidade, como palestras, workshops, exposições, etc.

A **pesquisa e produção de conhecimento**: os alunos podem realizar pesquisas nos documentos arquivados pelos projetos para gerar conhecimento sobre a história da comunidade, seus desafios e potencialidades. Isso pode ser feito por meio de: **levantamento e análise de documentos**: identificar, coletar e analisar documentos relevantes para a pesquisa, como atas de reuniões, relatórios, fotografias, etc. **Produção de artigos e trabalhos acadêmicos**: redigir artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses sobre os resultados da pesquisa. Na **apresentação dos resultados da pesquisa**: apresentar os resultados da pesquisa para a comunidade em eventos acadêmicos, workshops, palestras, etc.

Na **produção de materiais educativos**: os alunos podem produzir materiais educativos sobre a importância da memória e do patrimônio documental para a comunidade. Isso pode ser feito por meio de: **criação de cartilhas e folders informativos**: elaborar

materiais informativos sobre a importância da preservação da memória e do patrimônio documental, utilizando linguagem acessível à comunidade. Em **desenvolvimento de jogos e atividades educativas: criar** jogos e atividades educativas para crianças e jovens sobre a importância da memória e do patrimônio documental. Na **organização de oficinas e workshops** para a comunidade sobre como cuidar e preservar documentos pessoais e familiares.

Acredita-se que a implementação desses projetos de extensão terá um impacto positivo na vida dos jovens e da comunidade, contribuindo para a sua formação pessoal, profissional e cidadã.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um projeto de extensão em parceria com a CJS deve levar em consideração os desafios e oportunidades identificados nas entrevistas. O presente estudo teve como objetivo geral avaliar a demanda e a viabilidade de projeto de extensão na ONG Casa São José que tenha como foco a difusão de informações e promoção do acesso universitário na comunidade. Diante do exposto, considerando as dificuldades e as possibilidades da comunidade, o projeto de extensão deve ser cuidadosamente planejado para atender às necessidades da instituição, com foco nos adolescentes e da comunidade. Sendo assim, foram levantadas nove subáreas em diferentes temáticas para futuros projetos de extensão.

Os objetivos específicos foram: 1) mapear o perfil sociodemográfico e as necessidades educacionais da comunidade atendida pela Casa São José. Nesse sentido, identificou-se que as **dificuldades de aprendizagem** que muitos adolescentes apresentam exigem estratégias pedagógicas diferenciadas e apoio especializado; e a **baixa autoestima** é um problema comum entre os adolescentes da comunidade, dificultando seu engajamento nas atividades e seu desenvolvimento pessoal. Não obstante a identificação das necessidades da comunidade, buscou-se 2) identificar as principais barreiras e desafios enfrentados pela comunidade em relação ao acesso à universidade pública. O que ficou evidente é **a falta de informação sobre acesso à educação universitária**, isto é, os jovens da comunidade não possuem informações suficientes sobre como ingressar na universidade, cursos disponíveis, formas de financiamento etc., o que dificulta o acesso ao ensino superior. Além disso, as **dificuldades para ingressar na universidade** são justificadas pela falta de recursos financeiros, a necessidade de trabalhar para auxiliar na renda familiar e a falta de apoio. Por fim, quanto ao objetivo 3), buscou-se realizar recomendações e diretrizes para o desenvolvimento de projetos de extensão de difusão da informação no âmbito da Ciência da Informação na UFSC para

aplicação na comunidade em questão, de modo a atender às necessidades de quem se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Buscou-se, por fim, destacar a **extensão universitária como uma ferramenta de transformação para a comunidade**, que oferece ferramentas para os adolescentes superarem seus desafios, desenvolverem seu potencial e construir um futuro melhor.

A participação de diferentes áreas do conhecimento da UFSC é fundamental para o sucesso do projeto. Essa participação poderia partir da criação de um website ou catálogo funcionaria como um repositório central de informações, facilitando a descoberta e a conexão entre a comunidade, pesquisadores, professores e alunos com projetos e conhecimentos relevantes.

A pesquisa demonstra a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social. Os projetos de extensão propostos podem contribuir para a democratização do acesso à educação universitária e para a construção de um futuro melhor para os jovens da comunidade da Serrinha.

Como contribuições teóricas do estudo, o tema abordado é relevante para a comunidade universitária devido ao levantamento de possibilidades de novos projetos que podem ser realizados em parceria com a comunidade. Para a instituição CJS, novos recursos e oportunidades são sempre bem-vindos, além de que os projetos poderão trazer novos recursos e oportunidades para a Casa, como parcerias e acesso a conhecimentos especializados. Estas novas ações podem contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela CJS, através de capacitações de colaboradores e da implementação de novas metodologias.

Com isso, a UFSC cumprirá a sua função social, através da aplicação do conhecimento acadêmico para a resolução de problemas da comunidade, de modo a auxiliar na formação de cidadãos e proporcionar aos estudantes a oportunidade de colocar em prática seus conhecimentos e habilidades, além de desenvolverem valores como a responsabilidade social e o compromisso com a comunidade. Com relação à produção de conhecimento, é possível, ainda, produzir pesquisas e estudos que contribuam para o avanço do conhecimento na área da Ciência da Informação e Educação.

Para a sociedade em geral, os projetos de extensão podem contribuir para a democratização do acesso à educação universitária, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades. Na redução da desigualdade social, as ações do projeto podem ajudar a reduzir através da oferta de serviços gratuitos e da qualificação profissional dos jovens da comunidade. No desenvolvimento social e comunitário, o projeto pode contribuir promovendo a cidadania, a cultura e o esporte.

Em relação às limitações, estas dizem respeito especialmente ao número limitado de entrevistas, o que pode ter restringido a representatividade dos dados coletados. O estudo não considerou a opinião de todos os membros da instituição e da comunidade, o que pode ter gerado vieses nos resultados. Sugere-se, para futuras pesquisas, realizar um estudo mais abrangente com um número maior de participantes, incluindo diferentes grupos sociais da comunidade, que investiguem as causas das dificuldades de aprendizagem e da baixa autoestima dos adolescentes da comunidade. Ressalta-se, também, a necessidade de se realizar a avaliação do impacto dos projetos de extensão realizados na comunidade, tanto para os adolescentes quanto para a instituição e a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 12, p. 1, 9 jan. 1991.
- BRASIL. **Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16546.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.
- CASA SÃO JOSÉ. **Associação Casa São José**. Florianópolis, [s.d.]. Disponível em: <https://casasaojosefloripa.org.br/>. Acesso em: 16 set. 2023.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2007. 248 p. (Tradução Luciana de Oliveira da Rocha).
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- Duarte, J. F. (2006). A gestão de documentos e a informação na administração pública: Uma análise crítica. *Revista Administração Pública*, 40(2), 235-256.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira. Política Nacional de Extensão Universitária. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012 Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sérgio R.c.. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens**. São Paulo: Gv Pesquisa, 2016. 6 p.
- GOMES, Irene. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Agência IBGE Notícias**, 06 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE AMBIENTAL DA UFSC. **Imagem do Laboratório de Análise Ambiental da UFSC [Foto Morro da Serrinha]**. 2024. Disponível em: [Laboratório de Análise Ambiental \(ufsc.br\)](https://www.ufsc.br/laboratorio-de-analise-ambiental). Acesso em: 08, jul. 2024.

MCGARRY, K. J. **A comunicação e a informação na sociedade**: para uma teoria da informação e da comunicação. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

MENDES, Edson Luiz. **A Extensão Universitária na Ciência da Informação**: análise do programa Cibercidadania. 104fls. 2023. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/247579/PCIN0315-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 abr. 2024.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Guia de Aplicação da Lei Modelo Interamericana sobre Gestão Documental**. Washington, D.C.: OEA, 2020. Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/Acesso_Informacao_Publica_Lei_Modelo_Interamericana_Guia_de_Aplicacao_Gestao_Documental.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

PEDERNEIRAS, Mário Portugal. Cumprindo propostas de governo: PROEXT voltado para as políticas públicas. In: PROEXT. **Transformando o Brasil**: instituições federais interagem com a realidade local e regional. Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado para as Políticas Públicas, n. 1, Ano 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/proext/revista_proext_05.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. (Trad. Magda Bigotte de Figueiredo). Lisboa: D. Quixote, 1998. 355pp.

SANTA ANNA, M. L. **Arquivologia**: da teoria à prática. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Escola Pero Vaz de Caminha completa 52 anos**. Florianópolis, 2013. Disponível em:

<http://antigo.sed.sc.gov.br/secretaria/noticias/4452-escola-pero-vaz-de-caminha-comemora-52-anos>. Acesso em: 26 out. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. A. **Relato de experiência de um bolsista de extensão**. In: DEUS, S. de (Org.). **Extensão universitária: diálogos interdisciplinares**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 40. disponível em: [EBOOK - Sandra de Deus - Extensao Universitaria.pdf \(ufmg.br\)](#) acesso em: 01 abr. 2024.

SOUTO, M. Pliegues de la formación: sentidos y herramientas para la formación docente. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2016. 256p.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Projeto Pedagógico de Curso de Graduação de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2015. Disponível em:

<https://arquivologia.ufsc.br/files/2016/05/PROJETO-PEDAGOGICO-DO-CURSO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução Normativa n. 88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016**. Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://secarte.paginas.ufsc.br/files/2016/11/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa_88_Extens%C3%A3o.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

UNB. Universidade de Brasília. **Arquivo Central. Manual de Gestão de Documentos**. Brasília, DF, Dezembro de 2015.

ZAROS, Raissa Anselmo; LIMA, Sílvia Aparecida Pereira. Introdução ao planejamento estratégico organizacional. **Revista Científica Eletrônica de Administração**, Graça, Ano IX, n. 17, dez. 2009. Disponível em: http://www.faeef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/wdlAHtRBPET5zx8_2013-4-30-18-29-10.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

1. Apresentação:

- **Nome:**
Qual o seu nome completo?
- **Formação:**
Qual a sua formação acadêmica e/ou profissional?
- **Vínculo com a Casa São José:**
Há quanto tempo você está ligado à Casa São José? Qual a seu vínculo com a CJS?
Exemplo: ex aluno (a), filho matriculado.

2. Prioridades e objetivos:

- **Problemas da comunidade:** Em sua opinião, quais são os principais problemas que a comunidade enfrenta no momento?
- **Necessidades da comunidade:** Quais são as necessidades da comunidade que você gostaria de ver atendidas pela Casa São José?
- **Contribuição dos projetos de extensão:** Como você acredita que os projetos de extensão podem contribuir para o desenvolvimento da comunidade?

- **Temas de interesse:** Há algum tema específico que você gostaria que fosse abordado por um projeto de extensão?
- **Expectativas:** Quais são suas expectativas em relação aos projetos de extensão da Casa São José?

3. Sugestões e ideias:

- **Projetos:** Você tem alguma sugestão de projeto de extensão que gostaria de propor?
- **Outras ideias:** Você tem alguma outra ideia ou sugestão que gostaria de compartilhar?